

	Plano de Igreja Una	Plano de Conferência Conexional	Plano Tradicionalista
Resumo	<ul style="list-style-type: none"> • O plano de Igreja Una toma uma abordagem relacional e compatibilista a unidade. As restrições subjacentes aos conflitos actuais são consideradas “questões não essenciais” sobre as quais podemos concordar em discordar, e assim são removidas do Livro de Disciplina. Este plano enfatiza a nossa missão externa, removendo conflito interno. • Não alteração na estrutura da igreja. Não há divisão da IMU. 	<ul style="list-style-type: none"> • O plano de Conferência Conexional cria novas estruturas para oferecer espaço entre os que discordam acerca da ética Cristã concernente a casamentos de pessoas do mesmo sexo. • Três Conferências Conexionais sobrepostas, definidas por regras em relação ao casamento de pessoas do mesmo sexo irão substituir as cinco Conferências Jurisdicionais actuais definidas por regiões geográficas distintas. • Estas Conferências Conexionais seriam entidades legais separadas (Organizações 501(1)) porém consideradas parte de uma IMU. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano Tradicionalista retém, fortalece e aplica as actuais proibições aos casamentos de pessoas do mesmo sexo e ordenação de gays. • Este plano convida e força as Conferências Anuais que são progressistas nos assuntos de casamento de pessoas do mesmo sexo a deixarem a IMU para criarem nova Igreja. • Este plano permite <u>outra qualquer</u> Conferência Anual <u>e/ou Igrejas Locais</u> a saírem e criar nova(s) igreja(s) por qualquer razão. • Estas novas Igrejas Metodistas Auto-Governadas seriam elegíveis para uma relação concordata e representação simbólica na Conferência Geral.

<p>Regras relativas ao ministério com e pelos gays casados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Retira a linguagem que afirma que “a pratica de homossexualidade e incompatível com o ensinamento Cristão.” Embora esta declaração seja retirada, ela não e substituída por nenhuma afirmação específica. • Neutraliza a linguagem nos Princípios Sociais relativo ao casamento civil de tal forma que a UMU a nível mundial não proíbe e nem afirma casamento entre pessoas do mesmo sexo. • Retira proibições de cerimonia de celebração de uniões civis e ou casamento de pessoas do mesmo sexo. • Retira a proibição contra a ordenação de homossexuais. Regras poderão ser criadas pelas Juntas do Ministério Ordenado ou Sessões de Clérigos, que sejam adequadas a cada Conferência Anual. O nosso padrão de ética sexual Crista que convida ao “celibato na vida solteira e fidelidade no casamento” será aplicado de igual modo aos clérigos gays e héteros. Não pretende mais julgamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cada uma das três novas Conferencias Conexionalis terá que criar suas regras nesta área (assim como certas áreas administrativas) • Espera-se que: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferencia Tradicional semelhante ao novo Plano Tradicional, ▪ A Conferencia Unificada seria semelhante ao Plano de Igreja Una, e, ▪ O Plano Progressista iria oferecer afirmação total do casamento de Cristãos gays. • Regras e julgamentos continuariam sendo uma possibilidade, mas um processo de selecção colocaria as Conferencias Anuais (CAs), Igrejas Locais (ILs), Bispos e Clérigos numa Conferencia Conexional que corresponde as suas crenças e assim <u>pretende reduzir o número de julgamentos</u> vs a nossa situação actual. 	<ul style="list-style-type: none"> • A IMU continuaria a proclamar que a “pratica de homossexualidade é incompatível com ensinamento Cristão.” • A definição actual de “prática homossexual auto-declarada” seria mais detalhada assim como apertar a aplicação. • As mínimas penalizações estabelecidas para pastores a serem suspensos por um ano na primeira violação e expulsão para a segunda violação. • A responsabilização para os Bispos seria transferência de um Colégio dos Bispos Jurisdiccional regional para novas estruturas para praticar a uniformidade. • As Conferencias Anuais (por votação), Bispos e membro das Juntas do Ministério Ordenado, teriam todos que declarar que apoiam e aplicam estas regras relacionadas com casamento de pessoas do mesmo sexo e ordenação de gays. • Maior influência dos reclamantes e a capacidade da igreja de apelar pelas decisões. • Tomadas em conjunto, estas regras irão aumentar o número de julgamentos.
--	---	--	--

<p>Liberdade de consciência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Onde seja legalmente civil, os pastores da IMU serão permitidos mas não forçados a celebrar uniões civis ou dirigir cultos de casamentos de pessoas do mesmo sexo. • Os processos das Conferencias Anuais e os bispos podem ordenar candidatos gays qualificados, porem, ninguém e obrigado ao faz-lo. As Conferencias Anuais (ex: vozes de leigos e clérigos iguais) podem fazer uma declaração consultiva para informar sobre qualquer nova política destas. • Acrescenta uma nova provisão para proteger a liberdade de consciência para os Metodistas Unidos e a barrar interferência pelos bispos e superintendentes distritais nas decisões dos clérigos e congregações locais. • Proporciona que os casamentos do mesmo sexo não sejam celebrados nos edifícios/ instalações da igreja, a menos que a congregação local tenha votado a favor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Espera-se que a liberdade de consciência (especifica ao casamento de pessoas do mesmo sexo e ordenação de gays) seria aplicável primeiramente a Conferencia Unificada. Em outras palavras: <ul style="list-style-type: none"> ▪ A Conferencia Conexional Tradicional aplicaria estritamente, regras contra casamento de pessoas do mesmo sexo e ordenação de gays (semelhante ao novo Plano Tradicional), ▪ A Conferencia Conexional Unificada iria operar muito semelhante ao novo modelo de Igreja Una, com garantias explicitas de liberdade de consciência. ▪ A Conferencia Conexional Progressista esperaria que todas as conferencias anuais ordenariam voluntariamente candidatos gays qualificados e, esperara-se que todos os pastores realizem casamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • As Conferencias Anuais (por votação), Bispos e membro das Juntas do Ministério Ordenado serão obrigados a declarar que apoiam e aplicam estas regras relacionadas com casamento de pessoas do mesmo sexo e ordenação de gays. • As Conferencias Anuais devem certificar que os Bispos e as Juntas do Ministerio Ordenado estão cumprindo. • Os Bispos que discordam ou não conseguem liderar as suas Conferencias Anuais (CA) a cumprir, serao reportados para procedimentos disciplinares. • A Comissao Geral de Financas e Administracao (GCFA) para seguir e aplicar este requisito nas Conferencias Anuais, incluindo retirada de fundos e barrando o uso do nome e a cruz e chama da IMU. • O clérigo que acertar as acusações via resolução justa, deve prometer a não reincidir.
--	--	---	--

<p>Impacto nas Conferências Centrais fora dos EUA</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma alteração em relação ao casamento ou ordenação de pessoas do mesmo sexo e forçada na Conferências Central, por esta legislação. Nenhuma alteração nas práticas e esperada em África, Filipinas ou Europa Oriental. 	<ul style="list-style-type: none"> As conferências Centrais terão que votar e poderão (a) se converter em Conferência Conexional Geográfica (novo nome, mas todas as regras actuais em vigor) ou (b) juntar-se a uma das Conferências Conexionais ideologicamente definidas (Tradicional, Unificada ou Progressista) surgindo do contexto Americano. Esta legislação cria opções para cada Conferência Anual ou mesmo Igrejas Locais a optarem em sair da escolha feita pela sua Conferência Central. 	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma alteração em relação ao casamento ou ordenação de pessoas do mesmo sexo e forçada na Conferências Central, por esta legislação. A estrutura permanece a mesma. As Conferências Anuais, Bispos e Juntas do Ministério Ordenado têm a mesma obrigação de certificar como o descrito acima para Conferências Jurisdicionais. Esta legislação cria novas opções para a(s) Conferência(s) Anual(s) ou mesmo Igrejas Locais a optar fora da escolha feita pela Conferência Central da IMU.
--	---	---	---

<p>Impacto nas Conferências Anuais (CA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não há mudança na estrutura. • As Juntas do Ministério Ordenado e Sessões dos Clérigos de cada Conferência Anual terão opção, mas não obrigação de abordar padrões para o ministério ordenado de candidatos qualificados que sejam gays casados. • Re-votos pela Sessão de Clérigos não menos de 30 meses depois de tal voto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Este plano tem em vista três conferências anuais - uma por conferência conexional - sobrepondo toda a geografia dos EUA. As fronteiras seriam re-mapeadas para uma cobertura total • As conferências anuais teriam a opção de concordar ou discordar com o alinhamento da sua ex conferência jurisdicional com nova Conferência Conexional específica. Prevê-se que muitas conferências anuais optem por se juntarem a Conferência Unificada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há mudança na estrutura; porém, é previsto que algumas 10 ou mais Conferências Anuais optariam em sair ou seriam forçadas a saírem da IMU. • É ainda previsto que cada Conferência Anual precisaria de cooperar com algum número de Igrejas Locais que optam fora do alinhamento da CA - algumas igrejas optariam por retornar a IMU e outras optariam em saírem completamente para se juntarem a nova Igreja Metodista auto-Governada.
--	--	--	---

<p>6 Impacto nas Igrejas Locais (IL)</p> <p>{Paróquias}</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A Igreja Local não é obrigada a votar • Se a igreja local quiser organizar casamento de gays, a sua conferência do cargo teria que agir antes da primeira cerimônia. Os líderes locais tem a maior flexibilidade para discernir a necessidade e o horizonte temporal para tal acção. • Os membros da Comissão de Relação Paróquia e Pessoal da Igreja devem comunicar a preferência da sua congregação para nomeações. • Mecanismos específicos para substituir a irreconciliável incompatibilidade do pastor 	<ul style="list-style-type: none"> • A Igreja Local será dada um processo formal de votação através do qual poderá discordar com o alinhamento escolhido pela sua Conferência Anual e escolher uma Conferência Conexional diferente. 	<ul style="list-style-type: none"> • As Igrejas Locais poderão consentir a decisão da de sua Conferência Anual, de permanecer ou sair da IMU, e poderão com maioria de votos permanecer na IMU se a sua CA sair. • Qualquer grupo de 50 ou mais Igrejas Locais podem formar uma Igreja Metodista auto-Governada e permanecerem quase conectadas via parceria de agência e representação concordada na Conferência Geral. • Qualquer igreja local pode sair para se juntar a uma nova Igreja Metodista auto-governada.
---	---	---	--

<p>Impacto nas Agências Gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma mudança ao actual ministério conexional da IMU via juntas e agências gerais. 	<ul style="list-style-type: none"> Este plano presume que várias Conferências Conexionais têm diferentes níveis de apoio - e em alguns casos não tem apoio - para agências gerais específicas. Quando estas conferências são formadas, elas discernem quais agências a apoiar. Isto vai significar diferentes níveis de cotas das agências gerais da igreja, para cada conferência conexional. Este plano é escrito para que algumas agências sejam igualmente apoiadas por todas as conferências conexionais baseadas nos EUA: Wespeth, GCFA, Arquivo e História, UMCOM e algumas partes da Junta Geral dos Ministérios Globais. Este plano presume que algumas agências e fundos poderão não serem apoiadas pela contribuição dos deveres de todas as conferências conexionais: Junta Geral do Ensino Superior e Ministério, Fundo de Educação Ministerial, Black College Fund, e Fundo da Universidade de África. Este fundo elimina GCORR e GCSRW. Contudo, estas seriam continuadas até 	<p>Nenhuma mudança ao actual ministério conexional da IMU via juntas e agências gerais.</p> <p>[Nota: A perda de Conferências Anuais e Igrejas Locais iria reduzir substancialmente as contribuições conexionais e assim, reduzir pontualmente os ministérios conexionais oferecidos através das Agências Gerais. Contudo, é difícil prever como esta perda que é característica do Plano Tradicionalista iria se comparar a uma reacção negativa se nenhuma mudança forem feitas na CG2019. Qualquer perda pode ser em termos da contribuição das agências gerais, será ainda maior presumindo-se que o apoio conexional para o Fundo Episcopal mantém-se constante]</p>
---	--	--	---

<p>Impacto nos Bispos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma mudança forçada nos Bispos. Os seus direitos de consciência são protegidos. <p>Seria estranho para os bispos nomeados numa Conferencia Anual que não partilhe da opinião da conferência na qual foi indicado, assim sendo, este será um factor na indicação episcopal. Um bispo extra será disponibilizado para o culto de ordenação, se for necessário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Os Bispos terão que seleccionar a conferencia conexional a que se filiar. Pode haver desproporção entre o número das áreas episcopais numa Conferencia Conexional e o numero de bispos que escolherem filiar-se a ela. Pode haver incompatibilidade ideológica entre alguns bispos e a área episcopal na qual foram actualmente colocados. A primeira responsabilidade dos bispos será alojada no Colégio dos Bispos da Conferencia Conexional ideologicamente definida. 	<ul style="list-style-type: none"> Os Bispos serão obrigados a certificar que apoiam e que irão defender a linguagem restritiva actual e proibição no Livro de Disciplina. Os Bispos perderão alguma flexibilidade que eles detêm actualmente em criar disputas dentro das suas áreas episcopais por via do processo de Justa Resolução. A responsabilidade dos bispos será parcialmente globalizada em vez do actualmente todo processo regionalizado. Os Bispos poderão ser forçados a reforma antecipada ou colocados numa licença involuntária.
<p>8 Impacto nos Clérigos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nenhuma mudança nas praticas obrigadas aos clérigos. Os seus direitos de consciência são protegidos O clérigo pode ser transferido para uma conferência anual diferente. Mecanismos específicos para substituir a irreconciliável incompatibilidade do pastor 	<ul style="list-style-type: none"> Os clérigos terão que escolher a Conferencia Conexional a se filiarem. Poderá haver desproporção entre o número de Cargos Pastorais e locais na Conferencia Conexional e numero de clérigos que escolhem se filiar a ela. 	<ul style="list-style-type: none"> Os clérigos serão obrigados a defender a linguagem restritiva actual e proibições no Livro de Disciplina e eles irão enfrentar mais certas acções disciplinares se eles não desejarem cumprir. Mais julgamentos. Clérigos de uma Conferencia Anual que está saindo, poderão se transferir de volta para a IMU.

<p>Processo de decisão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maioria de voto da CG2019 para retirar as restrições. 	<ul style="list-style-type: none"> • CG2019 dois terços de voto para modificar a estrutura da conferência da IMU (Conf. Geral) • CA2019 dois terços de votos para modificar a estrutura da conferência da IMU (Conf. Anual) • CJ2020 maioria de votos para alinhar com uma das três novas conferências (Conf. Jurisd) • CA2020 maioria de votos para alinhar com a mesma ou conferência diferente • IL2020 maioria de votos para alinhar com a mesma ou conferência diferente (Conf. Da I Local) • CC2022 vota novo Livro de Disciplina adaptável (Conf. Conexional) 	<ul style="list-style-type: none"> • CG2019 maioria de votos para acrescentar estas regras adicionais • CA2019 maioria de votos para certificar a defesa de todas as regras • CJ2020 votos para remapear o território para cobrir as conferências anuais que saem. • Possível CA2019 votos para deixar a IMU • Possível votos de Igrejas Locais (IL) em 2019 ou 2020 para deixarem a IMU
<p>Início da nova era</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão final 2019 • Data efectiva para as novas regras Jan 2021 (depois do período de cancelamento). 	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão final para a mudança até Maio 2020 • Decisões de realinhamento 2021-2022 • Organização da nova Conferencia Conexional Outono 2022 • Novo ciclo para Conferencias Gerais quadrienais 2025 	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão final Fev. 2019 • Data de efectividade Fev. 2019; e a aplicação da GCFA inicia em Janeiro de 2021 • Aplicação para uniformidade 2021-2023 • Conferencia Geral com novos reps concordatas 2024